

Audiência Pública na Alesp desnuda consequências nocivas da crescente de mercantilização do Ensino Superior no país

A audiência pública realizada no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa (Alesp), em 23/10/2013, foi fruto da luta do grupo de docentes que vem se reunindo desde abril, com o objetivo de tornar públicas as consequências nocivas da crescente privatização do Ensino Superior no país.

Esse processo também tem reflexos na Educação Pública como um todo. Em São Paulo, 87% das matrículas (69% nos outros estados) encontram-se em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. O Brasil atribui, assim, aos donos de tais faculdades, centros universitários e universidades particulares o poder de formar profissionalmente os jovens e ainda definir as regras do trabalho docente, o que vem provocando danos, a curto, médio e longo prazos, só aqui permitidos.

Assim, a sociedade vem perdendo o referencial do que deva ser uma educação superior de qualidade, ainda mais por tais IES serem responsáveis pela diplomação da imensa maioria dos professores da Educação Básica. Atualmente, das 2.365 IES no Brasil, 2.081 são particulares e apenas 284 são públicas, segundo o Censo da Educação Superior do MEC (2011).

Com a compra da FMU pela Laureate Education, de inserção internacional, anunciada oficialmente em 9/9/2013, os cinco maiores grupos educacionais do Brasil passam a ter 33,1% (*Folha de S. Paulo*¹) do mercado de ensino superior, um recorde histórico, também internacional². Desse modo, o processo de fusão e compra – que se acelerou enormemente nos últimos 3 a 5 anos – entre empresas responsáveis pelas IES, muitas vezes simples “holdings” de capital aberto, vem concentrando as vagas e empregos nas mãos de poucos empresários, que estão levando o modelo de gestão empresarial à

1

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1331254-cinco-grandes-terao-33-do-mercado-d-e-universidades.shtml>

2

Nos EUA, embora também em crescimento, o conjunto de todas as IES que visam lucro detém da ordem de 10% das matrículas; esse percentual é ainda menor nos países europeus.

educação. A abertura de capital de várias dessas empresas na Bolsa de
Audiência Pública na Alesp desnuda consequências nocivas

da crescente de mercantilização do Ensino Superior no país Valores representa um perigo adicional, pois o bom desempenho das ações³ sobrepuja qualquer consideração quanto à qualidade da educação oferecida⁴.

A audiência pública foi convocada pela Comissão de Educação da Alesp, constituindo parte de uma sessão regulamentar dessa comissão, por requerimento do grupo de professores do ensino superior privado, auto-denominado “Docência e Qualidade”, encabeçado pela professora Maria Lúcia Salgado (Malu). Esse grupo vem sendo acompanhado pela professora Lighia Horodynski-Matsushigue, representando a diretoria regional do ANDES-SN. No início da sessão, dando o quorum necessário e sob a presidência do deputado João Paulo Rillo (PT), estiveram presentes outros cinco deputados, de diversos partidos. Além das professoras mencionadas, ainda compuseram a mesa: o professor Ronaldo Gaspar, que apresentou um estudo sobre a evolução da mercantilização no setor; a vice-procuradora do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, Célia Regina Camachi; o presidente da FEPESP, prof. Celso Napolitano, e a presidente da UEE paulista, a estudante Carina Vitral.

Em sua fala, a professora Malu apresentou o grupo afirmando: “As instituições em que trabalhamos são privadas, mas nossa luta é pela educação pública” e referiu-se ao processo em andamento no setor privado com as seguintes palavras: “a aquisição de instituições de ensino para o lucro e a crescente concentração de renda nas mãos de poucos ocorre no Brasil de uma forma que nos causa vergonha e medo.” Mais adiante, complementou: “A entrada do capital sem pátria e sem compromisso social leva-nos à rotatividade; e a insegurança no trabalho gera medo e covardia. A covardia

3

Ananguera, Estácio de Sá e Kroton valorizaram entre 24% e 45% no ano de 2012 e ostentam valores de mercado entre 5 e 9 bilhões (*Estado de S. Paulo*, 04/09/2013, B10 – Economia); vale notar que Ananguera e Kroton se fundiram em abril de 2013, formando a maior empresa desse tipo do mundo (www.exame.com, 01/05/2013)

4

A valorização desmedida das ações das empresas educacionais pode estar denunciando a formação de uma “bolha” no setor, cuja “explosão” teria consequências muito mais graves, embora localizadas, do que a do mercado imobiliário dos EUA e de parte da Europa, em fins da década de 2000.

gera o silêncio; a omissão, à qual muitos de nós nos submetemos, tende a formar um número crescente de trabalhadores amedrontados, que saem com canudos à mão, anualmente, mas cujas formaturas pouco contribuirão com o desenvolvimento de nosso país.”

Mais adiante, a professora afirmou: “A falta de um marco regulatório faz com que a precarização não encontre limites. As instituições substituem um plano de carreira por outro ao bel prazer. As demissões sem pagamentos são cada vez mais frequentes e essas instituições, que só investem em atividades que geram lucro rápido, deixam a cargo do recurso público o ônus da pesquisa de interesse nacional.” Ponderou ainda que: “além de vermos os recursos públicos serem aplicados para fortalecer as empresas educacionais sedentas por lucro, pagamos com nosso trabalho a expansão desse setor.”

Em sua apresentação, o professor Ronaldo fundamentou com dados a dramática situação desse ensino superior: a contribuição das IES que visam lucro, ou seja das “empresas da educação”, já atinge 50% do total das matrículas, enquanto a parcela das ainda consideradas “filantrópicas” está decaindo rapidamente e a contribuição das IES Públicas, embora ligeiramente crescente, está muito longe de lhes fazer frente. No setor privado, está instalada uma concorrência predatória por mensalidades menores, às custas da remuneração docente e de um rebaixamento ainda maior da pouca qualidade do ensino. De fato, o estudo mostra que, hoje, o piso por hora-aula está abaixo de R\$ 20, o que significa menos de um terço de alguns anos atrás.

Adicionalmente, dados (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego mostram a situação de máxima precarização, que vem se consolidando no setor das IES privadas: cerca de 40% dos docentes não ultrapassam 2 anos no mesmo vínculo empregatício. As demissões se dão predominantemente por razões econômicas e, atualmente, há readmissões por remuneração menor. Além de não terem a garantia do emprego, cerca de 50% dos docentes na rede privada têm vínculos empregatícios correspondentes a 12 horas-aula ou menos em cada IES. Fazendo o levantamento em publicações dirigidas ao mercado de capitais, o professor Ronaldo detectou que a “eficiência gerencial” das empresas se origina, descaradamente, na superlotação de salas, no emprego de Ensino à Distância (EAD) em modelo rebaixado, e no remanejamento de turmas

entre instituições. Vale notar que, de modo geral, cada IES, comprada ou fundida, ostenta *para fora* sua velha denominação, confundindo os incautos.

O professor Celso Napolitano, ampliando e reforçando denúncias que já fizera na CPI da Alesp (2011) sobre o assunto, disse que o atual modelo de financiamento estudantil – que na verdade, é um "Refis" do governo federal, ao mudar as regras do FIES – representou para as "empresas da educação" a introdução do *capitalismo sem riscos*. Ele considera que é a partir dessa situação que está havendo o *boom* do setor na bolsa de valores e denunciou, fazendo coro a falas anteriores, a precarização geral do trabalho docente, tanto no que diz respeito à remuneração quanto no que se refere às condições gerais de trabalho. O professor confirmou que "novos" planos de carreira são introduzidos com a finalidade de contratar docentes ingressantes com salários inferiores aos demais e denunciou que se tornou usual o fato de candidatos titulados esconderem seu doutoramento para serem admitidos.

A vice-procuradora do Ministério Público do Trabalho, Célia Regina, relatou que já obteve ganho de causa na situação em que IES contratavam irregularmente docentes, como se fossem "autônomos – donos de empresa" ou, ainda, como se tivessem, por vontade própria, constituído cooperativa. Tais estratégias estavam sendo utilizadas pelas IES para se desobrigarem das contribuições trabalhistas. Ela colocou-se à disposição para auxiliar na defesa de quaisquer "interesses coletivos difusos" que viessem a ser identificados, no âmbito de sua esfera de atuação.

A presidente da União Estadual dos Estudantes/SP, Carina, confirmou e exemplificou algumas consequências da situação vivenciada nas IES privadas em relação à má qualidade de ensino e à falta de liberdade estudantil, que os impedia de se agregarem em associações, diretórios, centros acadêmicos e similares. Conclamou à união entre docentes e estudantes.

A professora Lighia, com a fala final, ressaltou que, segundo publicações⁵ em língua inglesa, além de *Kroton*, *Laureate* e *Estácio de Sá*, já estabelecidas, duas outras estão se dirigindo às compras e à bolsa: *Ser Educacional Group* e *Anima Educação*. Quase todos esses conglomerados contam com uma centena de milhar, ou mais, de matrículas e apenas isso já dá

5

a dimensão do seu poder de barganha. Ela ressaltou que várias outras mazelas⁶, ainda não tocadas pelos oradores precedentes, além dos efeitos deletérios individuais a docentes e estudantes, a ação dessas “empresas” são um desastre para o país. Num mundo em que ações repetitivas, mesmo que sofisticadas, são crescentemente atribuídas a máquinas (guiadas ou não por programas da era digital), submeter seus jovens a uma educação não emancipadora, do ponto de vista pessoal e social, será declarar a falência da nação, a médio prazo. Estranhou que o vasto dossiê produzido pela CPI paulista (de 2011) ainda não tenha resultado em ações práticas, em particular sugeriu que esse material deveria ser enviado aos Legislativos de outros estados e ao Congresso Nacional. Conjuntamente com os dados coletados mais recentemente pela CPI análoga, no Rio de Janeiro, isso poderia formar o caldo para uma vasta discussão nacional sobre o assunto.

A representante da Regional São Paulo do ANDES-SN, militante antiga do GT-Educação da Adusp, exortou os deputados que se manifestaram na audiência, João Pedro Rillo, presidente da CE, Carlos Neder, histórico defensor dos sistemas públicos de Saúde e Educação e Carlos Giannazi, a efetivarem os encaminhamentos que haviam proposto durante a audiência e levarem o assunto às esferas federais, por meio de reuniões conjuntas com a CE da Câmara dos Deputados e visitas ao MEC. Seriam acompanhados por uma delegação do grupo de professores que está trazendo à tona esse grave assunto, totalmente negligenciado pela chamada “grande imprensa”.

Os docentes do grupo “Docência e Qualidade” levaram ao plenário da Audiência – na forma de folder – seu libelo por mudanças nas políticas para o ensino superior, destacando as mazelas já causadas pelo setor mercantil, ressaltando que a abertura de capital de várias dessas empresas na Bolsa de Valores potencializa um agravamento da situação, já insuportável.

Denunciam:

- que os professores-horistas – situação absolutamente dominante no setor – precisam negociar, semestralmente, o número de aulas que lhes será atribuído, ficando totalmente reféns da administração das respectivas IES e impedidos de planejar adequadamente suas tarefas

6

Por exemplo, a utilização, por universidades e centros universitários, da possibilidade de “abrir e fechar” vagas e cursos para promover verdadeiro *dumping salarial* em certas profissões, como ocorreu com Fisioterapia e Licenciatura em Educação Física, entre outros.

docentes e suas vidas.

- a rotatividade de profissionais nas IES administradas por mantenedoras privadas⁷: mais de 10% dos docentes permanecem menos do que 6 meses; cerca de 40% não ultrapassam 2 anos no mesmo vínculo empregatício. As demissões se dão predominantemente por razões econômicas e, atualmente, há readmissões por remuneração menor. Além de não terem a garantia do emprego, cerca de 50% dos professores na rede privada têm vínculos empregatícios correspondentes a 12 horas-aula ou menos em cada IES;
- que o número de processos trabalhistas em que as reclamadas são essas empregadoras, apenas no Estado de São Paulo, chegou a 1.996 processos em 2013.
- que boa parte desses processos são movidos por atrasos salariais ou falta de depósito do FGTS e de outros direitos trabalhistas; há ainda dispensas sem justa causa em que o docente aguarda por meses ou anos, o recebimento daquilo que lhe é devido. Ocorre, ainda, a dispensa sem justa causa em começo de semestre, o que deixa os professores à mercê do desemprego, mesmo que temporário, pois a maioria das IES já preencheram, nessa época, seu quadro docente.
- que as IES privadas burlam o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva ou do *Tempo Integral*, inscrito na LDB, o qual, quando existe em Universidades, se destina muito mais à realização de trabalhos administrativos do que à pesquisa e à extensão, tarefas essenciais dessas instituições.
- que os alunos bolsistas ingressantes pelos programas PROUNI e FIES não podem transferir suas matrículas e ficam reféns das instituições em que estudam, mesmo que as descubram de qualidade inadequada.

7